

## **Moeda social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades.**

### **4) Capitalismo Contemporâneo, Socialismo e Economia Solidária**

Claudia Lucia Bisaggio Soares; NESOL, NESFI / Un. Fed. Sta. Catarina; [clbsoares@gmail.com](mailto:clbsoares@gmail.com)

O presente trabalho objetiva apresentar um conceito - com a precisão possível - sobre a moeda social, diferenciando-a de outras experiências de moedas paralelas. De posse dessa caracterização geral apresenta-se uma tipologia que contempla as modalidades existentes. Aponta-se também para as peculiaridades, possibilidades de sucesso e de fracasso na tentativa de compreender o que distingue a chamada moeda social da moeda nacional e de outras formas de dinheiro em geral, sob uma perspectiva institucionalista. Por fim são apontados os limites, as potencialidades e as tendências da experiência nacional contemporânea com a moeda social.

Palavras-chave: Moeda social, Economia solidária, Desenvolvimento, Autonomia, Auto-organização.

# **Moeda social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades.**

Claudia Lucia Bisaggio Soares

Referir-se à moeda social atualmente é cair em solo pantanoso uma vez que não há, ainda, uma caracterização mais precisa do fenômeno. Experiências monetárias bastante díspares entre si têm sido assim referenciadas. Logo, um dos objetivos urgentes desse trabalho é precisamente o de defini-la com a precisão possível, diferenciando-a de outras experiências de moedas paralelas<sup>1</sup>. Buscar-se-á neste artigo, então, apontar para suas peculiaridades, possibilidades de sucesso e de fracasso na tentativa de compreender o que distingue a chamada moeda social da moeda nacional e de outras formas de dinheiro em geral, sob uma perspectiva institucionalista. De posse dessa caracterização geral será possível, então, apresentar uma tipologia que contemple as modalidades existentes. Por fim serão apontados os limites, as potencialidades e as tendências da experiência contemporânea com a moeda social.

## **1. A moeda social**

Como ponto de partida para uma simultânea apresentação e definição de moeda social pode-se utilizar a idéia sobre as moedas paralelas (BLANC, 1998), afinal a moeda social é uma forma de moeda que se encaixa nessa situação, conformando um grupo de pagamento específico. *A moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária.*

Os criadores e a maioria dos participantes dessa experiência a assumem como um exercício de vontade, reflexo de uma busca por recolocar a economia a serviço das finalidades sociais e reintegrando seus valores à esfera sócio-cultural. Portanto, ela deve ser percebida como uma instituição com um caráter assumidamente normativo, da

qual participa quem congrega dos mesmos valores. Em cada experiência a combinação de elementos do conjunto total de valores a ser perseguido pode mudar, mas de forma geral dois significados gerais aparecem recorrentemente: (1) como “meio de troca” alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes e/ou (2) como uma prática de reinvenção da economia, reconstruindo-a em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. De qualquer forma ela deve ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional.

Nesse sentido, discutir o caráter social da moeda, não é, como se costuma associar, apenas uma questão de criar um sistema que propicie a inclusão social através de uma “produção maior e mais descentralizada” de massa monetária, ou mesmo da gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos “despossuídos”, até porque empresas de todo porte utilizam-se de moedas sociais. A idéia tem também uma face mais radical: procura resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa, onde a forma e procedimentos que assume carregam uma determinada face para a arena de disputa de poder (que pode beneficiar mais a uns que a outros), estimula determinados valores sociais e reprime outros (respectivamente a responsabilidade e o individualismo, por exemplo) e imprime e destrói hábitos (sacralização e quantificação), interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida, imbricada no *modus operandi* de todo o sistema social. Por isso, tecnicamente falando a moeda social não tem (nem faz sentido ter) lastro em moeda nacional, mas pode vir a ter relação de valor, paridade, com ela.

As regras de cada experiência são expressas, compartilhadas e passíveis de discussão, embora alguns princípios sejam considerados imutáveis:

- Democracia participativa: gestão da moeda pelo usuário, transparência administrativa e responsabilidades partilhadas.
- Continuidade: o que possibilita a aceitação da moeda é a certeza da continuidade das operações de intercâmbio, que haverá uma próxima

oportunidade de equacionar as demandas e ofertas pendentes (portanto, retidas na forma de “dinheiro”).

- Confiança: é a confiança que se vai adquirindo com o reconhecimento do grupo enquanto tal que respalda o “valor” da moeda (que é exatamente o de servir de meio de troca entre o grupo).
- A moeda enquanto um serviço “público” que favorece a circulação e a produção de mercadorias, não a especulação ou qualquer outro tipo de lucro estéril: não existe cobrança de juros ou qualquer prêmio para a retenção de moeda. Em alguns casos pode haver uma punição (juros invertidos) por entesouramento.
- A atividade econômica enquanto provedora de bem-estar: não existe a intenção de “lucrar”, no sentido de ganhar em cima de um trabalho não remunerado do outro ou qualquer tipo de especulação.

Por um lado, quando um grupo utiliza moeda social assume uma postura de autonomia (CASTORIADIS, 1982, 2002) sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente universal de troca, além de praticar a descentralização da emissão, através da promoção de múltiplos pólos emissores em simultâneo; nesse caso não existirá a retaguarda do Estado ou de qualquer outra instituição fora do próprio clube/grupo para fazer valer os princípios e compromissos assumidos, só a confiança (ou a coerção social) poderá atuar em prol da continuidade das relações assim estabelecidas. Por outro lado, não é porque existe um “dinheiro” intermediando as relações que elas estão mais facilitadas ou pré-resolvidas (o dinheiro não é um fenômeno espontâneo e também não é auto-regulado), tudo ainda está para ser construído pelo grupo que a isso se propõe.

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca” a moeda social deve e tem condições de cumprir as funções de:

- Medida de valor/unidade de conta: facilitando o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias.
- Meio de pagamento: permitindo que os intercâmbios se dêem diferidos no tempo, espaço e entre agentes distintos.

- Reserva de valor: se a moeda social estiver sendo bem administrada, seu valor deverá variar muito pouco, ou de maneira reduzida, de tal forma que poderá ser utilizada para realizar alguma poupança. Ou seja, poupar ou não, reter ou não moeda é uma decisão grupal e individual, pois é parte integrante da tecnologia social “moeda” a possibilidade servir de reserva de valor, essa função vem como consequência de uma boa administração do meio circulante e da cultura do grupo. Apenas uma decisão consensual entre os usuários pode alterar esse quadro. A utilização do expediente de cobrança de juros invertidos serve, entretanto, para explicitar essa “vontade coletiva” e incentivá-la. Mas, tal recurso só será de fato eficiente, se houver acordo entre os participantes sobre a questão.

É importante ressaltar que a aceitação da moeda social vai até onde a confiança entre os usuários alcança. Ou seja, quando os grupos são pequenos e homogêneos é mais fácil equacionar as questões administrativas, embora, por vezes, falte variedade nos itens negociados. Por outro lado, quando as experiências ganham escala, superam mais facilmente as necessidades materiais dos participantes, porém, grupos maiores tendem a recorrer a outros expedientes para além da confiança mútua inicial para manter sua moeda social com aceitação e valor estável. Esse reforço normalmente vem com acordos/regulamentos passíveis de cobrança judicial.

## **2. A experiência nacional com a moeda social**

A experiência contemporânea com moeda social no Brasil está concentrada nas experiências dos clubes de troca, embora existam também casos independentes desse tipo de organização. De fato, partindo-se de uma análise mais rigorosa, poucos grupos de troca se automeiam clube de troca, embora funcionem dessa forma. Não existe apenas um modelo de clube e, de fato, principalmente no Brasil de hoje, as formas são múltiplas, como múltiplos são os interesses que levaram as pessoas formarem grupos e juntarem suas histórias de vida. Entretanto a existência de uma carta de princípios que

inclua os objetivos e algumas regras básicas é, quase sempre, encontrada e recomendada nos diversos manuais de formação que circulam pelo país<sup>ii</sup>.

Uma grande parte das experiências com maior expressão nacional estão conectadas com movimentos da chamada economia solidária, também chamada de economia popular ou socioeconomia solidária<sup>iii</sup>. Para além dos clubes de trocas, as experiências ligadas às empresas e ao exercício da chamada “responsabilidade social” também se fazem presentes no Brasil. Normalmente nesses casos procura-se trazer voluntários para participar dos projetos sociais promovidos pelas empresas, estimular a participação das pessoas que se pretende auxiliar ou mesmo equacionar de maneira mais próxima a fórmula do mercado convencional os fluxos de doação e necessidades através da utilização de algum “bônus” que sirva de intermediário entre as ações.

### **3. Uma proposta de tipologia**

Tendo como base um resumo das experiências com moeda social que foram levantadas e análises anteriormente desenvolvidas (SOARES, 2006), pode-se pensar em uma tipologia de forma a ressaltar os termos mais importantes de convergência e divergência entre elas, além de seus pontos fortes e fracos, como forma de auxiliar no presente estudo.

O quadro abaixo procura ressaltar de forma esquemática as principais características de cada tipo/conjunto de experiências especificamente quanto a sua dinâmica monetária. Aos elementos eminentemente técnicos levantados, teve que se acrescentar mais alguns critérios, de forma a se poder perceber melhor a abrangência das experiências de moeda social.

**Quadro 1 – Quadro resumo: experiências monetárias paralelas**

Experiência	Iniciativa	Apoios	Câmbio c/ moeda nac.	Juros (-)	Bônus	Sistema de garantia	Paridade (1)	Objetivos
<b>Moedas Sociais</b>								
<b>Clube de troca</b>	Privada, ONGs	ONGs, Estado	–	Inflação	Emissão de notas	Confiança mútua	1/1 ou 1/μ	↑ condições de vida ↑ trocas de produtos e saberes ↑ inclusão social reinventar a economia
<b>LETS</b>	Privada, ONGs	ONGs	–	Inflação	Movimentos contábeis	Confiança mútua	1/1 ou 1/μ	↑ circulação local de dinheiro ↑ trocas de produtos e serviços
<b>WIR</b>	Assoc. privada	-	–	Inflação	Movimentos contábeis	Jurídica (Estado)	1/1	↑ crédito barato ↓ monopólios
<b>Talento</b>	ONG	ONG	–	+	Emissão de notas e mov. contábeis	Confiança mútua	1/1	↑ cuidados ambientais ↓ desemprego
<b>Banco de tempo</b>	Município, ONGs	ONGs	–	–	Movimentos contábeis de tempo	Acordos	-	↑ solidariedade ↑ valorização de serviços normalmente não monetizados
<b>Outras</b>								
<b>Moedas livres</b>	Município	Cidadão	+(2)	+	Emissão de notas	Moeda nacional (Estado)	1/1	↑ circulação de mercadorias ↓ desemprego
<b>Circulante local</b>	Associações	Estado, ONGs	+	–	Emissão de notas	Moeda nacional (Estado)	1/1	↑ circulação de mercadorias ↓ desemprego
<b>Títulos privados</b>	ONGs, privada	ONGs, clientes	+	–	Emissão de títulos de crédito	Jurídica (Estado)	Δ	↑ capitalização do empreendimento ↓ custos financeiros

Fonte: SOARES, Claudia Lucia Bisaggio, 2006.

Notas: (1) Paridade mental com a moeda nacional ou com um valor referente a uma hora de trabalho (μ).

(2) Com penalização para casos de retiradas em prazos inferiores ao ajustado em cada experiência (normalmente um ano).

**Legenda: (+) Contempla, (-) Não contempla.**

Sendo assim, nove critérios foram selecionados, sendo três de caráter mais ideológico (objetivo central, visão de mundo, e atitude em face do mercado), três técnicos (atitude em relação ao bônus, atitude em relação à gestão e atitude em relação à moeda nacional) e os restantes relacionados ao alcance (escala de atuação, grau de interação com outras instituições com afinidade/complementaridade ideológica e forma de atuação dos membros):

- *Objetivo central:* que necessidades e valores o objetivo central está trabalhando, valores mais relacionados à inclusão social, a aumentar a quantidade de moeda em circulação e assim complementar à provisão de necessidades daqueles que têm dificuldade em colocar sua mão-de-obra ou produto no mercado, ou mais revolucionários, na medida em que propõe alterar os costumes vigentes, a hierarquia estabelecida entre os objetivos economicistas e os sociais.

- *Visão sobre a economia:* mais conectada com a perspectiva da economia como gestão de recursos escassos, da privação ou, ao contrário, como gestão de arranjos de produção e distribuição da sociedade propiciada pela própria produção, ou seja, a provisão do sustento.

- *Atitude em face do mercado:* em que medida é uma experiência que se pretende complementar o mercado, ou quer ir mais além e chegar a se constituir como uma alternativa ao sistema de mercado, alcançando a formação de um circuito completo de produção, distribuição e consumo alternativo.

- *Atitude em relação ao bônus:* existe ou não a emissão física de bônus. Quando a emissão se dá apenas contabilmente, ela normalmente é resultado de uma transação que já se concretizou. Nesse sistema a emissão não é gerida, ela se auto-ajusta ao índice de operações. O que precisa ser acompanhado e normatizado é a variação do nível de crédito ou débito que será permitida para cada membro do sistema. Por outro lado, a necessidade de centralização da informação e do recurso a uma escrita detalhada proporciona uma dicotomia entre organizadores e organizados. No caso da emissão física, normalmente ela é desencaixada das operações realizadas, ou seja, o grupo precisa encontrar um método para iniciar e manter a distribuição da moeda que responda a demanda das transações. Esse método também está associado ao encontro pessoal entre

os membros do grupo, na forma de mais usual de feiras ou nos comércios que a aceitam, o que estimula mais o diálogo e aproxima ainda mais os membros, facilitando a integração e a participação.

- *Atitude em relação à gestão:* Algumas são completamente horizontais, rotativas e participativas/coletivas, outras contam com um grupo de animadores ou organizadores, voluntários ou profissionais que assumem as tarefas administrativas, organizacionais e, por vezes, a própria dinâmica a ser adotada passa a ser concebida de cima para baixo ou não está aberta a modificações.

- *Atitude em relação à moeda nacional:* em que medida se caracteriza a parametrização com a moeda nacional.

- *Escala de atuação:* pequena escala, vizinhança, comunidade ou escala regional, envolvendo toda a cidade. E ainda com características misturadas das duas situações, os grupos que embora quantitativamente pequenos, são dispersos espacialmente.

- *Grau de interação com outras instituições com afinidade/complementaridade ideológica:* algumas experiências acontecem isoladas outras com caráter complementar, já outras são articuladas com grupos de produção ecológicos, agricultores familiares, consumidores éticos, comércio justo, grupos de estudos espiritualistas ou outras comunidades afins.

- *Atuação dos membros:* em que medida os participantes assumem o desempenho de prosumidores, cumprindo simultaneamente a atuação como produtores e consumidores.

De acordo com comportamento apresentado no conjunto desses critérios, cinco categorias básicas de moeda social foram descritas e podem ser assim identificadas:

- I. **Complementar:** é a moeda social mais voltada para o mercado; quando seus objetivos, em conjunto com sua atitude em face ao mercado vão no sentido da complementaridade deste. Em geral é permeada por uma noção econômica baseada no conceito de gestão de escassez e comumente não promove a emissão física da moeda, sua gestão é gerenciada por uma central de contas ou grupo gestor. Existe associação direta o valor da moeda social e da moeda

nacional, podendo mesmo existir acordos e regulamentos que prevêm cumprimento judicial de posições assumidas. A escala de atuação almejada em geral é de média para grande, contando com produções complementares entre si ou com produtores de produtos intermediários e matérias primas. Nessa categoria encontram-se basicamente os clubes de troca empresariais (estilo WIR), podendo também ser incluída a HORA de Ithaca. Também boa parte dos clubes de troca de classe média empobrecida que promoveram a explosão Argentina do “trueque” pode aí ser incluído.

II. **Includente:** é a moeda social mais preocupada com inclusão social e a recuperação da auto-estima e desenvolvimento pessoal dos participantes. Seus objetivos têm um caráter complementar, na medida em que procuram criar um mercado que permita a valorização e/ou mercantilização de produtos e relações normalmente não aceitos nos mercados tradicionais. Também comunga de uma perspectiva econômica baseada na noção de escassez, embora procure, justamente, reduzir essa sensação. Normalmente existe a emissão física de bônus e a realização de encontros presenciais é estimulada. Mesmo quando ela não existe (no caso dos bancos de tempo, por exemplo) os valores da solidariedade e participação social são constantemente evocados, embora as gestões dessas experiências sejam comumente realizadas por animadores (voluntários ou profissionais) ou centrais de contas, havendo casos em a estrutura e/ou administração é por conta de gestores públicos. A relação com a moeda nacional nem sempre é relevante, mas quando existem preços, eles são similares aos praticados no mercado externo. A escala de atuação é a da proximidade. Por vezes existem interações com outros grupos não necessariamente complementares, mas com necessidades parecidas. Em geral a atuação como produtor precisa ser estimulada e/ou orientada (em atividades complementares a experiência monetária). Nessa categoria estão incluídos os Bancos de tempo, alguns clubes de troca orientados por ONGs e outras experiências ligadas ao exercício da responsabilidade social.

III. **Complementar-pedagógica:** é a moeda social que, ainda voltada para uma atuação complementar ao mercado, também questiona sistematicamente os

valores normalmente estimulados nele, embora ainda despose de uma perspectiva econômica baseada na gestão da escassez. Pode haver ou não emissão física de bônus, mas sua gestão tende a ser mais participativa e autônoma. Usualmente a relação de paridade com a moeda nacional é apenas uma referência, surgindo internamente níveis de preços e preços relativos bastante diferentes dos praticados no mercado externo. A escala de atuação costuma ser reduzida e são estimuladas parcerias com outros grupos afins. Muitos participantes são oriundos da classe média, prestadores de serviço e artistas, o que por vezes complica a assunção plena da condição de prossumidor e a variedade de oferta de produtos básicos. Encontram-se aqui muitos LETS, e clubes de troca nacionais e espalhados por todo o mundo, além da experiência suíça com os TALENTOS.

IV. **Pedagógica:** é a moeda social orientada para se tornar uma alternativa ao mercado, embora não tenha internamente à experiência disponibilidade de serviços e produtos que permitam tal desfecho. Tem uma visão sobre a economia baseada na sustentação da vida em organicidade própria, que deve, porém, responder aos objetivos socialmente determinados. Pode ter ou não emissão física de bônus, mas a gestão é sempre participativa e autônoma. Os parâmetros de medida utilizados normalmente não estão diretamente associados à moeda nacional e a escala de atuação é pequena ou mista; sendo as interações com grupos complementares e afins buscadas com intensidade. Há uma intenção permanente do cumprimento do papel de prossumidor, despertando talentos a muito tempo esquecidos. O exercício sobre as novas relações de poder almejadas, como divisão de trabalhos, cooperação e consumo responsável são constantemente promovidos em encontros específicos para isso ou no cotidiano com a utilização da moeda social pelo grupo. Alguns clubes de troca e LETS podem aqui ser incluídos.

V. **Alternativa:** é a moeda social mais fortemente orientada pela ideologia, que se propõe alternativa a economia convencional, buscando fechar o ciclo produção-consumo-distribuição internamente à experiência. Em geral contam com um grupo fortemente motivado e unido por uma visão de mundo comum. Normalmente não

existe paridade com a moeda nacional e a unidade de conta só faz sentido dentro do próprio circuito. Procuram ter relações com outras experiências com afinidades ideológicas, ou compatíveis e complementares. Algumas moedas sociais de comunidades alternativas e de uns poucos clubes de troca mais radicais se permitem classificar aqui.

Todavia é necessário ter em presente as limitações que uma abstração desse tipo incorpora. Dificilmente uma experiência está completamente enquadrada em qualquer uma das moedas sociais tipificadas. Muitas se encontram nas zonas de transição ou contemplam elementos dispersos. Entretanto esse tipo de aproximação, mesmo com a imprecisão inerente, permite identificar como as experiências, ao adotarem diferentes dinâmicas e se encontrarem em contextos sociais distintos, acabam conformando arranjos mais favoráveis, ou ao contrário pouco propícios, para concretizar os projetos subjacentes a elas próprias.

É mais fácil se atingir um grau elevado de autonomia em um grupo pequeno, facilmente mais homogêneo. Entretanto, desenvolver exige diversidade, e a diversidade se alimenta da quantidade e da busca pela autonomia. Porém, quando saímos da escala humana de relação, construir confiança se mostra difícil, abrindo espaço para o apelo a aparelhos de vigilância e punição, do uso da coerção como forma de manter a aceitação da nova instituição monetária em construção, comprometendo assim a autonomia do processo.

Por um lado, a noção de comunidade, que se define por crenças ou normas comuns compartilhadas entre os membros e ações de reciprocidade, normalmente é associada a um cenário menos propício à criação que as sociedades complexas heterogêneas que caracterizam o mundo moderno, dinâmico e conotado com a criação em larga escala. Daí que nos arranjos institucionais contemporâneos normalmente “algo” vem de fora para sustentar a cooperação entre grupos e desejos diferentes, e/ou servir de mediação entre conflitos (NORTH, 2001).

Recorrendo aos argumentos institucionalistas (NORTH, 2001), percebe-se que a moeda social, apesar de se originar em uma cooperação voluntária sofre da fragilidade inerente as instituições que vêm quebrar uma antiga tradição ou rotina

(o apelo do dinheiro nacional que a maioria utiliza, a relação heterônoma e reificada que essa forma de instituição monetária engendra), pois as instituições já incorporadas no imaginário são capazes de uma forte resistência. Ao se propor como uma escola de autonomia, a moeda social eleva a necessidade de maturidade e de atitude ética de cada participante a um grau capaz de dispensar a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição que venha de fora para promover o cumprimento das regras e contratos estabelecidos, quando a quebra dos mesmos (como a promoção de fraudes e falsificações, e mesmo da especulação) pode gerar benefícios pessoais não desprezíveis (em detrimento dos coletivos, evidentemente). Evidentemente, pelo fato de não ser uma instituição naturalmente autopunitiva, também não traz consigo nenhum caráter de obrigatoriedade que lhe facilite a adoção ou permanência pelos indivíduos/grupos, resultando então uma dificuldade para a sua integração em dinâmicas de maior escala.

Aceitar que os objetivos que a maioria dos grupos se propõem geram demandas conflitantes e igualmente fundamentais, que por isso necessitam ser trabalhadas, e é um exercício que ainda está por se fazer na maioria dos grupos analisados.

#### **4. Os limites**

De acordo com a perspectiva assumida nesse trabalho os limites de sobrevivência e longevidade de uma instituição de qualquer natureza estão ligados, resumidamente a quatro questões ou critérios: autopunição, hábito, comodidade (NORTH, 2001) e conectividade (SOARES, 2006).

Em termos de autopunição percebe-se que quando as regras formais e os códigos informais que regem as relações da instituição monetária são quebrados o castigo daí advindo não é originado no interior da instituição, em seu próprio funcionamento, ao contrário, os desvios tendem a ser internamente recompensados, uma vez que a falsificação de moeda, por exemplo, resulta em maior poder de compra para o falsificador. Logo, a não ser que outras instituições

sejam mobilizadas para punir o infrator, ele será beneficiado ao não cumprir as regras. Nesses casos diz-se que a instituição não é autopunitiva. Essa característica, no caso da moeda nacional, tem sido colmatada através do recurso ao entrelaçamento com o Estado, tendo suas conseqüências sido discutidas ao longo do segundo capítulo do presente trabalho. Entretanto, no caso da moeda social tal suporte não existe, ao contrário, ela se define mesmo pela negação da existência desse apoio extra-institucional, o que, no entanto, a faz permanecer não autopunitiva, como também o eram as moedas antigas. Essas, por sua vez, eram suportadas por outras instituições da época, oriundas de outras esferas sociais que não a econômica, como a religiosa e cultural. Deduz-se, portanto, que a moeda social (como de resto qualquer moeda) encontra um primeiro limite na necessidade de estar acoplada a outras instituições que lhe confirmam capacidade de punição (o que vai de encontro com seus valores fundadores) ou então de estar associada a grupos de usuários homogêneos, onde a ideologia comum funcione como instrumento de desestímulo a fraude.

Em relação ao hábito, é de se recordar que a metamorfose sofrida pelo dinheiro quando da sua interpretação moderna - como equivalente geral - foi associada à efetivação da sociedade de mercado, o que significa dizer que se o dinheiro diferenciado é um hábito antigo da humanidade, o dinheiro moderno unificado é um hábito totalmente integrado na sociedade moderna de mercado. Logo, dentro dessa realidade social, qualquer outra forma de dinheiro será inusual e, portanto, carregará o ônus de ir contra costumes fortemente arraigados. Porém, também é evidente que quanto mais híbrida for a economia em questão, contemplando a presença de outros arranjos econômicos como a reciprocidade e mesmo a redistribuição (POLANYI, 1980; 1994), maior será a brecha no imaginário social (CASTORIADIS, 1982) para que experiências no campo monetário possam ser dinamizadas. Entretanto deve-se ter em mente que o imaginário hegemônico é pouco favorável a diversidade no campo das moedas, a não ser quando essas se encaixam como complementares à dinâmica da moeda nacional (CARVALHO, 1982). Ou seja, não cabem nessa sociedade moedas paralelas no sentido denotativo. Elas cabem apenas enquanto conformadoras de

um sistema hierarquizado (BLANC, 1998), sendo exatamente esse o critério unificador do sistema monetário.

Já o critério de “comodidade” nos indica outras situações que balizam as possibilidades de utilização da moeda social, quais sejam: o isolamento ou mesmo a punição legal, dependendo da interpretação de maior ou menor perigo dada à experiência pelas instituições propriamente do sistema dominante. Ou seja, no cenário atual, adotar uma moeda diferente da estatal é estar sujeito a pagar um alto preço pela insubordinação, pelo exercício de uma vontade não dominante, porque para fazer valer os valores partilhados pelos utilizadores da moeda social, esses terão que conviver com a rejeição de sua moeda pelos restantes membros da sociedade. Terão, portanto, seu leque de opções de intercâmbio reduzido. Por outro lado, utilizar o equivalente geral (a moeda nacional) não custa mais para ninguém, ao contrário, significa justamente ter todas as institucionalidades tradicionais a favor, fazendo valer os contratos. Porém, se o clube de trocas fechar ou mesmo apenas alguns membros saírem, os que restaram podem se sentir apenas com uma quantidade de papéis em suas mãos, e não mais de moeda, uma vez que seus parceiros (a outra metade da relação) não estão mais presentes. Esse tipo de custo não tem um caráter meramente econômico, mas evidentemente também um custo moral: o fato de ter sido vítima de um calote, de não ter instância para apelar por uma compensação, entre outros. Também as horas dispendidas na organização do Clube, que encarecem os produtos (e também dão benefícios ao promover sociabilidade) podem ser também interpretadas como “incomodidade”, o que pode dificultar a continuidade da utilização da moeda social.

Entretanto, como todas as outras moedas, a moeda social tem um elevado grau de conectividade, um critério que promove a sua durabilidade, desde que as ligações para frente estejam, de fato, construídas. Ou seja, uma vez amadurecidas as conectividades à jusante, como os sistemas de estabelecimento de preços e o estabelecimento de relações de provisão e expedição de mercadorias e serviços orientados pela respectiva moeda, torna-se mais penoso para o integrante se desligar do sistema.

Cabe aqui uma análise distintiva entre as moedas locais e a moeda social. De uma forma geral as moedas locais contam com alguma institucionalidade de apoio, o que lhes confere um escopo maior de atuação, sem grandes custos, entretanto lhes custa também os maus olhos das instituições ligadas à moeda nacional, pois tendem a fazer concorrência a ela. Já a moeda social normalmente não é percebida como concorrente, talvez por sua enorme fragilidade institucional propriamente dita, talvez pelos enormes custos envolvidos na sua construção. No entanto, paradoxalmente algumas de suas potencialidades nascem exatamente nos mesmos lugares que seus limites. Pode-se apresentar os argumentos anteriores de forma resumida através do quadro a seguir:

**Quadro 2 – Critérios de sustentabilidade institucionais aplicados à moeda**

	CRITÉRIOS			
	Autopunição	Hábito	Comodidade	Conectividade
Moeda	∅	X	X	X
Moeda Local	∅	+/-	X	++/-
Moeda Social	∅	+/-	+/-	+/-

Legenda: ∅ não existe, X existe e +/- existe, mas ainda precisa ser explorada.  
 Fonte: SOARES, Claudia Lucia Bisaggio, 2006.

Especificamente em termos das experiências nacionais de moeda social, suas dificuldades e desafios podem ser melhores avaliados se apresentados de forma relacionada com os critérios acima analisados.

- Relacionados à ausência de autopunição: implica a necessidade padrões compactuados de comportamento e de um alto grau de homogeneidade entre os participantes. Em vários grupos nacionais tem-se apelado para outros elementos agregadores, para além do ideológico, como a utilização de produtos doados serem distribuídos via utilização de moeda social, o que, entretanto, reduz bastante o objetivo de autonomia, mas aumenta o de complementaridade de rendimentos. Quando os grupos crescem e perdem aquilo que se pode chamar de “escala humana”, a manutenção da confiança fica dificultada, nesse caso o antídoto tem sido manter os grupos em pequena escala como forma de não cair

na impessoalidade, capaz de romper os laços que sustentam a relação de confiança.

- Relacionados a tendência dos hábitos a permanecerem inalterados: é difícil se referir ao país como um todo nessa questão uma vez que em determinadas regiões, mais que em outras, o convívio com formas redistributivas e de reciprocidade na produção e distribuição é mais comum que em outras. Mas de forma geral o contexto nacional parece contemplar um imaginário bem mais permeável as experiências monetárias que o dos países em que o sistema hegemônico é mais desenvolvido e profundamente imbricado. Ou seja, esse não se coloca como um limite relevante no caso nacional.

- Relacionados a relação custo/benefício ou o quanto pode ser penoso fazer valer valores diferentes aos dominantes: aqui as dificuldades se apresentam em diversas formas. Por um lado busca-se trabalhar em um padrão qualitativo, o que significa ir de encontro ao padrão quantitativo, quando se utiliza para isso um meio que se define exatamente por essa capacidade de comensurabilizar as coisas. Dessa maneira exige-se dos participantes uma transcendência mental nada banal. De fato cria-se um confronto com o padrão ético dominante mesmo estando ainda dentro de um padrão que não deixa de ser quantitativista. Por outro o exercício da democracia participativa necessita de uma igualdade pré-adquirida, o que está longe da realidade dos grupos, que agregam, em geral, pessoas desiguais em termos políticos, culturais, econômicos e etc., reflexo da própria sociedade. Logo essa igualdade precisa ser trabalhada, construída internamente. Existe também um isolamento em relação à moeda nacional que dificulta, logo de início a composição de uma cesta de oferta de produtos e serviços capaz de aliciar participantes suficientes para sua própria consecução. E, se ainda assim essas dificuldades forem superadas e esse nível alcançado, corre-se o risco de se incomodar o sistema dominante e desencadear medidas repressivas, receio esse que sempre paira sobre os grupos mais atuantes. Ou seja, a relação custo/benefício não é óbvia, depende dos objetivos e valores partilhados.

- Relacionados a conectividade: não está desenvolvida em profundidade, existe potencialmente, mas é necessário que cada grupo consiga desenvolver

seus próprios sistemas de determinação de preços e padrões de internalização de prosumidores ativos. A conectividade também inclui outros benefícios que não apenas econômicos, mas que também dependem da capacidade de articulação de cada grupo com outros com que interajam de forma a se autoreforçar. A criação e articulação de grupos de estudo, de lazer e etc. vai nesse sentido, mas precisa ser realizada com mais intensidade, para se constituir enquanto estrutura de fortalecimento.

## **5. As Potencialidades**

Evidentemente as potencialidades da moeda social não estão desconectadas dos objetivos e padrões normativos da experiência específica em questão. E, de acordo com sua afinidade com um ou outro tipo ideal desenvolvido terão mais umas que outras características e valores para desenvolver, respeitando-se, evidentemente, o escopo da própria definição de moeda social. Esse “limite” deve ser lembrado, sob pena de se perder de foco o objetivo do presente trabalho, qual seja, o de se aproximar o máximo possível da especificidade da moeda social, para poder avaliá-la em seus próprios termos. Por outro lado, e como foi anteriormente comentado, muita das potencialidades nascem justamente nos pontos de limite uma vez que:

- Ao não ser autopunitiva estimula o incentivo da criatividade, o exercício da política e da responsabilidade no social e no privado, além do exercício da autonomia,
- Ao não ser cômoda estimula o amadurecimento individual e
- Por ser essencialmente conectiva, mas ainda não ter essa característica plenamente amadurecida, estimula a criatividade coletivamente trabalhada e interconectada.

Entretanto, uma boa parte do potencial da experiência só é percebido ao longo de sua experimentação. Sendo assim, e tendo-se como base a tipologia desenvolvida, apresentam-se sistematicamente as respectivas potencialidades que foram detectadas no desenrolar da pesquisa:

I. Complementar: complementação de renda; criação de circuitos alternativos de suprimento e distribuição;

II. Inclusiva: agregação social, complementação de renda, exercício da política, desenvolvimento da criatividade, recuperação de talentos esquecidos, amadurecimento individual, elevação da auto-estima dos participantes;

III. Complementar/Pedagógica: agregação social, complementação de renda, criação de circuitos alternativos de suprimento e distribuição, incentivo da criatividade, recuperação de talentos, exercício da política, exercício da responsabilidade no social e no privado, amadurecimento individual;

IV. Pedagógica: agregação social, incentivo da criatividade, recuperação de talentos, exercício da política, exercício da responsabilidade no social e no privado, amadurecimento individual, exercício de autonomia;

V. Alternativa: geração de renda, formação de circuito de suprimentos e distribuição de bens e serviços, exercício da responsabilidade no social e no privado, amadurecimento individual, exercício de autonomia.

De uma forma geral todos os tipos de experiência com moeda social instigam discussões sobre ética e padrões de desenvolvimento, se transformam em espaços para caminhar-se em direção da reintegração dos objetivos econômicos aos imperativos ético-sociais, desenvolvendo e discutindo desde a solidariedade social até novas racionalidades econômicas.

Deve-se ressaltar mais uma vez que são os próprios valores comungados por cada experiência que vão determinar boa parcela dos limites e potencialidades delas. A outra parte, vinculada às relações externas da experiência, está ligada a capacidade de articulação em torno desses objetivos. Ou seja, apenas a alteração do instrumento monetário em si não é capaz de determinar o mundo social ou mesmo o econômico que se desfruta, mas a interação que se estabelece com/através do dinheiro é.

De qualquer forma apenas a vivência de experiências com a moeda social já é capaz de facilitar a retirada do véu das ideologias, ao tornar explícita a disputa de poder em torno da moeda e o poder ela concentra, uma vez que trabalhar com moeda social implica na tomada de posição por parte do utilizador que é levado,

no mínimo, a refletir sobre a “naturalidade” que lhe é imposta a cerca do dinheiro - já que terá que administrá-lo -, o que já é em si deveras subversivo e, portanto, criativo.

E por ser uma experimentação que só se realiza em conjunto, acaba por estimular novos cenários de sociabilidade, novos agrupamentos e novas ações coletivas.

## **6. Conclusões – tendências da experiência brasileira de moeda social**

Uma grande quantidade das práticas nacionais de moeda social está concentrada nas experiências inclusivas (tipo II), embora existam representantes em número significativo também nas de tipo complementar/pedagógicas (III). As de tipo IV, pedagógicas, reúnem um menor número de participantes, mas com grande diversidade de estilos e nem as de tipo complementar nem alternativo (I e V respectivamente) tem até o momento alguma experiência registrada no país.

As de tipo II e III são as que mais tem se multiplicado e também têm apresentado um grau de permanência maior, embora existam casos como o dos grupos de Ponta Grossa no Paraná que na ausência do apoio prestado pela prefeitura local acabaram se desarticulando rapidamente. Por outro lado, com elevado grau de entradas e saídas, as experiências de tipo IV têm apresentado não só dinamismo, como também um grau significativo de diversidade, o que tem enriquecido muito as discussões nos momentos de encontro.

Na escala das experiências atuais nacionais, dificilmente a moeda social está sendo percebida como concorrente à moeda nacional. Para alcançar tal escala era preciso haver já alguma experiência mais madura e completa, ou seja, algum projeto alternativo que abrangesse um circuito completo entre produtores e consumidores cruzados (prossumidores) em andamento e utilizando uma moeda social, o que não se tem notícia.

## **Referências Bibliográficas**

BLANC, Jérôme. *Las monedas paralelas: evaluación y teorías del fenómeno*, 1998. Disponível em: <<http://money.socioeco.org>> Acesso em: 20/08/2002.

CARVALHO, Fernando. J. C. Moeda, produção e acumulação. In: SILVA, M. Luiza F. (Org.) *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: EDUNB, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. A democracia como procedimento e como regime. In: *As encruzilhadas do labirinto IV*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LISBOA, Armando M. Os desafios da economia popular solidária. *Cadernos do Centro de Ação Social – CEAS*, Salvador, n. 189, 2000.

\_\_\_\_\_. *Economia Solidária, Economia Barroca. A Emergência da Socioeconomia Solidária na América Ibérica*. Tese, 2004. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

POLANYI, Karl. *A grande transformação - As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. *El sustento del hombre*. Barcelona: Biblioteca Mondadori, 1994.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André. (Org.) *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Claudia L. B. *Moeda Social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo*. Tese 2006. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

---

<sup>i</sup> Entende-se moeda paralela como qualquer instrumento utilizado como meio de pagamento e no estabelecimento de contratos, que não a moeda nacional.

<sup>ii</sup> Ver: *Como Organizar uma Rede de Trocas* – Programa de Alfabetização Econômica ([www.redlases.org.ar](http://www.redlases.org.ar)); *Como criar uma Rede de Trocas em sua Comunidade* – Dídac Sanchez-Costa ([www.voluntariosambientais.org.br](http://www.voluntariosambientais.org.br)); *Clube de Trocas* – Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação ([clubedetrocas@ig.com.br](mailto:clubedetrocas@ig.com.br)) e Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras – PACS ([www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br)).

<sup>iii</sup> Para maiores esclarecimentos consultar Lisboa, 2000, 2004; Singer, 2002 e Singer e Souza, 2000.